

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1008844-48.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Planos de Saúde**  
 Requerente: **Paula Simone Bobri Ribas**  
 Requerido: **Unimed São Carlos- Cooperativa de Trabalho Médico- Centro Administrativo e outro**

PAULA SIMONE BOBRI RIBAS ajuizou ação contra UNIMED SÃO CARLOS- COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO-CENTRO ADMINISTRATIVO E OUTRO, alegando que no dia 20/08/2015 sofreu um acidente automobilístico próximo à cidade de Itirapina/SP, sendo encaminhada pelo resgate ao hospital da Unimed São Carlos. No local, constatou-se que ela havia sofrido um traumatismo craniano leve e uma fratura do 1/3 proximal do úmero esquerdo e da clavícula esquerda. Após a estabilização de seu quadro clínico, recebeu autorização do médico que lhe assistiu para ser transferida para a unidade hospitalar localizada em seu domicílio, na cidade de Bauru/SP, pois lhe proporcionaria maior contato com seus familiares, facilitando seu pós-operatório, e o benefício de ser atendida por médico da localidade. Assim, realizado o pedido de transferência no dia 24/08/2015 junto à Unimed Paulistana, foi-lhe informado que a remoção seria realizada neste mesmo dia, entretanto tal fato não veio a ocorrer, recebendo a informação de que a Unimed Paulistana havia decidido não realizar a transferência, haja vista que a unidade em que ela estava possuía totais condições de realizar o tratamento. Por conta disso, pleiteou a antecipação da tutela a fim de que as rés sejam compelidas a proceder à sua transferência para a cidade de Bauru/SP. No mérito, pediu a confirmação da antecipação da tutela jurisdicional e a condenação da ré Unimed Paulistana ao pagamento de indenização por dano moral.

Deferiu-se a antecipação da tutela.

Citada, a ré Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico aduziu, preliminarmente, a sua ilegitimidade passiva, porquanto a autora não é beneficiária do plano de saúde por ela operado, sendo todo e qualquer procedimento de responsabilidade exclusiva da Unimed Paulistana, bem como a

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

falta de interesse de agir da autora, haja vista que tomou todas as providências necessárias para realizar a transferência. Quanto ao mérito, afirmou que não poderia realizar qualquer procedimento relacionado à autora, pois inexistente qualquer vínculo jurídico entre elas.

A ré Unimed Paulistana – Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico advogou em preliminar a falta de interesse de agir, vez que não houve negativa na cobertura do procedimento, apenas a adoção de medidas necessárias para a correta realização da remoção da paciente. Alegou, por fim, a ausência de dano moral indenizável e a impossibilidade da inversão do ônus da prova.

Manifestou-se a autora.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Primeiramente, consigno que não há falta de interesse de agir, pois levando-se em consideração as alegações da autora, isto é, *in status assertionis*, está demonstrada a necessidade do provimento jurisdicional para alcançar a tutela pretendida.

No que concerne à legitimidade passiva, é pacífica a jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo no sentido de que a Unimed constitui uma única entidade, de forma que sua subdivisão apenas é utilizada para dificultar a fixação de responsabilidade.

PROCESSO CIVIL - Legitimidade 'ad causam' - Plano de saúde - Ação cominatória - Legitimidade passiva da Unimed Paulistana, ainda que o autor seja beneficiário de plano contratado com a Unimed Rio - Tratamento que está sendo realizado em hospital por esta credenciado e localizado na cidade de São Paulo - Jurisprudência deste Tribunal vem entendendo constituir a Unimed uma única entidade, subdividida em diversas outras - Uso do mesmo nome comercial e do mesmo logotipo por todas elas - Solidariedade passiva, decorrente do contrato, entre as unidades da

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Unimed - Possibilidade de formação de litisconsórcio passivo apenas facultativo entre a Unimed Paulistana e a Unimed Rio - Decisão mantida - Litigância de má-fé configurada - Recurso desprovido, com determinação (Agravos nºs 2137600-44.2014.8.26.0000, 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Rel. Des. Rui Cascaldi, j. 25/11/2014).

Plano de saúde. Ação de obrigação de fazer. Ilegitimidade passiva da Unimed Campinas. Inadmissibilidade. A jurisprudência desta Corte Paulista tem se firmado no sentido de que as pessoas jurídicas pertencentes à Unimed constituem o mesmo grupo econômico, não se podendo exigir que o consumidor faça diferenciação entre elas. Responsabilidade solidária da corré Unimed Campinas. Recurso improvido. (Apelação nº:4000792-63.2013.8.26.0604, 8ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Rel. Des. Pedro de Alcântara da Silva Leme Filho, j. 25/03/2015).

Lembre-se que a autora estava sob os cuidados da UNIMED São Carlos, dela também dependendo a transferência, do que decorre faticamente a legitimidade passiva.

Portanto, não prosperam as preliminares arguidas pelas rés, motivo pelo qual passo a examinar o mérito da lide.

É incontroversa a existência de relação jurídica contratual entre a autora e a Unimed Paulistana, sobre a qual incidem as regras previstas no Código de Defesa do Consumidor, conforme estabelece a Súmula 469 do E. Superior Tribunal de Justiça ("Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde").

A autora optou por transferir-se para a unidade hospitalar localizada na cidade de Bauru/SP, haja vista a maior proximidade com seus parentes, os quais lhe auxiliarão na recuperação e assistência, bem como pela facilidade de ser atendida por médico residente na mesma cidade. Por essa razão, o Dr. José Natanael Camargo dos Santos solicitou a transferência da paciente, aceita pelo Dr. Alexandre Gonçalves dos Santos, conforme demonstra o documento

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

juntado à fl. 10. Assim, não havia qualquer embaraço para que a operadora do plano de saúde providenciasse o traslado da paciente para o hospital de Bauru/SP.

De outro lado, não prospera o argumento trazido pela Unimed Paulistana (fls. 104), de que contratualmente a transferência só seria possível nos casos em que a unidade hospitalar não fornecesse a estrutura necessária para atendimento à paciente, haja vista que tal afirmação não foi comprovada documentalmente. Afinal, o bem-estar da paciente constitui interesse maior.

Da mesma forma, não ficou demonstrado nos autos que a ré Unimed Paulistana já tinha autorizado a realização do procedimento, ocorrendo a demora na prestação do serviço pela adoção de medidas necessárias. Os documentos juntados pela própria ré Unimed São Carlos (fls. 81/83) corroboram tal ilação, pois comprovam que a remoção da paciente somente ocorreu após a citação para cumprimento da antecipação da tutela. Por tais motivos, é de rigor a confirmação do provimento jurisdicional antecipatório, não devendo prosperar, entretanto, o pedido de indenização por dano moral.

O dano moral é caracterizado como aquele que "lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos de personalidade), violando, por exemplo, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente" (Gagliano, Pablo Stolze; Novo curso de direito civil, volume III, Ed. Saraiva, 2008, p. 55). Sendo assim, meros dissabores, aborrecimentos ou angústia surgidos em uma relação contratual não devem dar ensejo à reparação por dano moral.

Conforme define a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, "Segundo a doutrina pátria, 'só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo" (REsp nº 844736/DF, Relator Ministro Luis Salomão, j. 27/09/2009).

No caso em exame, a pretensão deduzida cinge-se sobre a obrigação das rés de realizar a transferência da autora do hospital localizado nesta Comarca

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

para o da cidade de Bauru/SP. Consigna-se o fato de que o pedido foi realizado no dia 24/08/2015 e logo no dia seguinte as rés já providenciaram o cumprimento da ordem judicial de remoção. Nesse ínterim, apesar da indignação da autora, não há informação sobre eventual descaso no tratamento da paciente ou prejuízo para sua recuperação. Em suma, a necessidade do provimento judicial para realização da transferência não tem o condão de caracterizar dano moral indenizável.

Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo:

PLANO DE SAÚDE - Negativa de cobertura - Procedimento neurocirúrgico - Autora necessitou ajuizar ação cominatória com pedido de antecipação de tutela, que fora concedida - Apelo cinge-se à questão dos danos morais - Dano moral não caracterizado na espécie - A ré custeou integralmente as despesas com o procedimento da autora - Recusa baseada em cláusula contratual que demanda intervenção do Poder Judiciário, para ser interpretada ou considerada abusiva, não configura dano moral - Meros dissabores - Sentença mantida - Recurso improvido (Apelação nº 0116722-94.2012.8.26.0100, 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Rel. Des. Paulo Eduardo Razuk, j. 15/10/2013).

DANOS MORAIS - Plano de saúde - Alegada dificuldade do autor em obter autorização, por parte do plano de saúde, para realização de cirurgia de urgência - Tutela antecipada concedida, posteriormente confirmada na sentença - Necessidade de acionar o Poder Judiciário para alcançar a pretensão, por si só, não configura dano moral indenizável - Sucumbência recíproca caracterizada - Sentença mantida - Recurso improvido (Apelação nº 0060857-05.2012.8.26.0224, 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Rel. Des. Paulo Eduardo Razuk, j. 26/11/2013).

Apelação Cível. Ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos morais. Plano de saúde. (...) Ausente o dever da operadora de plano de saúde de pagar indenização por danos

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

morais. A operadora do plano de saúde tem direito de discutir a respeito da interpretação das cláusulas contratuais. A mera discussão quanto à interpretação de cláusula contratual de plano de saúde não gera dano moral sujeito à indenização. Está caracterizado apenas um aborrecimento. Apelação não provida (Apelação nº 0.099.365-86.2007.8.26.0000, 8ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Rel. Des. Ribeiro da Silva, . Oitava Câmara de Direito Privado. J. 02-03-2011).

Diante do exposto, acolho parcialmente o pedido e condeno as rés a promoverem a transferência da autora para a unidade de atendimento médico na cidade de Bauru/SP, confirmando a antecipação da tutela, já cumprida.

Rejeito o pedido de indenização por dano moral.

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos e pelas custas processuais em igualdade, observando-se quanto à autora o disposto na Lei 1.060/50, artigo 12.

P.R.I.C.

São Carlos, 18 de janeiro de 2016.

**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**